



## Sindicalistas cobram regras para negociação de servidores



Marcos Oliveira/Agência Senado

Em audiência pública sobre direito de greve no serviço público, representantes dos trabalhadores dizem que é preciso primeiro prever normas para a busca de acordo. Definição de serviços essenciais é uma das polêmicas

O direito de greve no serviço público — previsto na Constituição de 1988, mas nunca regulamentado — foi debatido ontem por senadores, deputados e diretores de centrais sindicais. Depois de aprovada na comissão

mista, a proposta seguirá para votação nas duas Casas do Congresso, e a reivindicação inicial é uma garantia de negociação. Porte de arma para grevistas da segurança pública ainda não está definido no texto e gera divergências. **6**

As centrais querem regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, que cria normas para a relação entre governo e sindicatos de servidores

### Senadores não veem eficácia em CPI para black blocs

Senadores reagiram com ceticismo à articulação para criar uma CPI destinada a investigar ação de

grupos de manifestantes. Senadores acham que investigações policiais são suficientes para o caso. **7**



Marcelo Camargo/ABR

Deputados querem Congresso investigando os manifestantes black blocs

Senadores avaliam cortes do governo no Orçamento **4**

Economistas querem nova regulamentação da profissão **2**

Humberto busca acordo sobre regras para novos municípios **3**

Habilitação internacional pode ficar mais acessível **8**

Senado terá 27 cadeiras em jogo na eleição deste ano **2**

Comissão faz defesa da democracia na Venezuela **8**



José Cruz/Agência Senado

Waldemir Moka e Acir Gurgacz, relator da proposta, na reunião da CRA

### Avança projeto que barateia energia para irrigação

Proposta amplia descontos na tarifa para consumo a qualquer hora do dia, e não apenas das 21h30 às

6h, como acontece atualmente. Projeto foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **5**

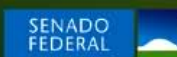
CONSULTA PÚBLICA

PLS 397/2011  
Prazo de validade do  
exame da OAB

[ até 7  
de março ]

Opine sobre esta discussão.

informações sobre o projeto: <http://bit.ly/1kk4nSI>  
participação: <http://bit.ly/OAB1aFase>



# Economistas querem nova regulamentação profissional

Diretores do Conselho Federal de Economia pedem ao presidente do Senado aprovação de projeto de Inácio Arruda que está em fase de decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais

O PROJETO DE Lei do Senado (PLS) 658/2007, que atualiza a regulamentação da profissão de economista, foi o principal tema da reunião do presidente do Senado, Renan Calheiros, com o presidente do Conselho Federal de Economia, Paulo Dantas, ontem.

A proposta, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), já foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e tramita em fase

terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se não houver recurso para análise em Plenário, após aprovação da CAS, segue direto para a Câmara dos Deputados.

Renan disse que vai conversar com o presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS). Também participaram o vice-presidente da entidade, Luiz Alberto Machado, o conselheiro Róridan Duarte e Manuel

Enriquez, presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo.

Dantas conversou com Renan sobre o fluxo de capitais internacionais. De acordo com o economista, US\$ 5 trilhões circulam diariamente no mercado internacional, mas a maior parte é capital especulativo. Renan afirmou que o assunto poderá ser tema de audiência pública no Senado.



Renan Calheiros (4º à esq.) recebe Paulo Dantas (3º à esq.) e demais integrantes do Conselho Federal de Economia

## População elegerá 27 senadores neste ano

À semelhança dos Estados Unidos, país que serviu de modelo para o sistema político brasileiro, o Senado não se renova em uma só eleição.

Enquanto os norte-americanos elegem a cada dois anos um terço dos senadores, que lá possuem mandato de seis anos, no Brasil a renovação

ocorre a cada quatro anos.

O Senado é composto por 81 membros, 3 representantes de cada estado e do Distrito Federal. No pleito de 2010, foram escolhidos 2 senadores por estado, totalizando 54 — dois terços da composição total.

Em 5 de outubro deste ano,

será eleito um senador por estado, totalizando 27, ou seja, um terço da Casa.

Os titulares das cadeiras em jogo nas eleições de 2014 foram eleitos em 2006 e tomaram posse em 1º de fevereiro de 2007. Os mandatos vão até 31 de janeiro de 2015, véspera da posse dos eleitos.

### Veja as cadeiras que estarão em disputa

 AC Anibal Diniz (PT)	 MA Epitácio Cafeteira (PTB)	 RJ Francisco Dornelles (PP)
 AL Fernando Collor (PTB)	 MT Jayme Campos (DEM)	 RN Garibaldi Alves (PMDB)
 AP José Sarney (PMDB)	 MS Ruben Figueiró (PSDB)	 RS Pedro Simon (PMDB)
 AM Alfredo Nascimento (PR)	 MG Clésio Andrade (PMDB)	 RO Acir Gurgacz (PDT)
 BA João Durval (PDT)	 PA Mário Couto (PSDB)	 RR Mozarildo Cavalcanti (PTB)
 CE Inácio Arruda (PCdoB)	 PB Cícero Lucena (PSDB)	 SC Casildo Maldaner (PMDB)
 DF Gim (PTB)	 PR Alvaro Dias (PSDB)	 SP Eduardo Suplicy (PT)
 ES Ana Rita (PT)	 PE Jarbas Vasconcelos (PMDB)	 SE Maria do Carmo Alves (DEM)
 GO Cyro Miranda (PSDB)	 PI João Vicente Claudino (PTB)	 TO Kátia Abreu (PMDB)

## Anibal Diniz elogia trajetória do PT nos 34 anos do partido

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou ontem os 34 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores, criado em 10 de fevereiro de 1980.

— Desde a sua fundação até hoje, o PT soube trilhar um vigoroso crescimento político e consolidar-se como um partido combativo e estruturado, representante das classes trabalhadoras e de movimentos e políticas sociais — disse o senador.

Para ele, os governos Lula e Dilma Rousseff fizeram com que o PT se firmasse como protagonista de verdadeiras revoluções sociais.

Anibal informou que não será candidato à reeleição. Na aliança com o PT do Acre, a candidata será Perpétua Almeida, do PCdoB.

## Figueiró lamenta morte da educadora Mariluce Bittar

Ruben Figueiró (PSDB-MS) lamentou o falecimento da professora Mariluce Bittar, a quem definiu como uma das maiores referências da intelectualidade sul-matogrossense. Mariluce morreu na última terça-feira, aos 54 anos, vítima de um câncer no cérebro.

Segundo o senador, a professora contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento econômico e social do estado. Mariluce lutou pela implantação de políticas educacionais e por ações afirmativas para facilitar o acesso de negros e outras minorias ao ensino superior.

Figueiró acrescentou que Mariluce era colaboradora da imprensa local e manifestou solidariedade aos familiares.

## Randolfe defende fim do financiamento privado de campanhas

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) declarou na quarta-feira que o fim do financiamento privado de campanhas políticas seria a mais importante e republicana reforma política da história do Brasil. Ele informou que há uma ação com esse teor, provocada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Supremo Tribunal Federal (STF). O senador disse esperar que essa ação seja julgada o mais rápido possível.

— É a mais radical reforma no ordenamento jurídico brasileiro, pois acabará com esse vínculo entre empreiteiras, banqueiros e políticos — declarou Randolfe, em discurso no Plenário.

## Paulo Davim registra lançamento de CD de pianista em Natal

Paulo Davim (PV-RN) registrou o lançamento do CD da pianista Nalva Nobrega com músicas do início dos anos 40, período da 2ª Guerra Mundial. O lançamento ocorreu na semana passada, no Rio Grande do Norte.

Davim ressaltou a importância desse trabalho da pianista de 86 anos, uma vez que Natal vivenciou intensamente o período da 2ª Guerra.

— Esse trabalho artístico-musical de grande requinte foi associado a um tempo historicamente importante para Natal — disse o parlamentar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

**PLENÁRIO Discursos**

9h Na sessão de hoje, não haverá votação de projetos. O primeiro orador inscrito é o senador Ruben Figueiró.

**PRESIDÊNCIA Sertão alagoano**

14h O senador Renan Calheiros participa de plenária estadual do Partido Humanista da Solidariedade e, às 17h, de reunião com parlamentares para assinaturas de atos e apresentação de projetos de ações da Codevasf no Canal do Sertão Alagoano.

**SESSÃO ON-LINE**

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

---

**TV SENADO**

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Mozarildo pede à Câmara prioridade para matérias do Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reclamou que 16 projetos dele aprovados pelo Senado estão parados há anos na Câmara dos Deputados.

Entre eles, estão o que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia (PDS 18/1999) e o que cria três territórios federais no Amazonas.

Outro projeto institui a política nacional de defesa e desenvolvimento da Amazônia e da faixa de fronteira. O senador também citou a proposta que trata do registro e fiscalização das organizações não governamentais e a que isenta idosos da taxa de emissão de passaporte.

O parlamentar pediu prioridade aos projetos de autoria dos senadores porque, segundo ele, propostas da Câmara que chegam ao Senado não demoram tanto tempo para serem votadas.

Mozarildo Cavalcanti também lamentou que o governo tenha mobilizado seus aliados no Congresso, na terça-feira, para evitar a votação do veto ao projeto que fixa regras para criação de municípios, proposto por ele.

## Vanessa Grazziotin destaca geração de empregos em Manaus

A cidade de Manaus foi a terceira que mais gerou empregos em 2013, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged), informou ontem a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ao todo, foram 22,8 mil novos postos de trabalho e, segundo ela, esse número foi três vezes maior do que o registrado em 2012 e evidencia que a situação econômica do Brasil está melhor do que a oposição anuncia.

Segundo o Caged, disse Vanessa Grazziotin, os empregos foram gerados em diversos setores, com destaque para o da construção civil e o de eletroeletrônicos.

— Neste ano, nós teremos a Copa do Mundo. E geralmente durante a Copa do Mundo e nas vésperas da Copa do Mundo, o povo brasileiro, a população, as famílias brasileiras procuram trocar os televisores, pegar uma tela de determinado tamanho e trocar para uma maior, de uma qualidade de imagem melhor. E isso tudo tem ajudado muito o polo industrial de Manaus — concluiu a senadora.

Consenso desejado por Humberto Costa precisa ser alcançado antes de 18 de março, quando senadores e deputados votarão o veto integral da presidente Dilma Rousseff a projeto de Mozarildo Cavalcanti



José Cruz/Agência Senado



José Cruz/Agência Senado

Humberto Costa vê pontos positivos no projeto de Mozarildo Cavalcanti, mas acha que o texto poderia ser mais rígido

# Líder do PT crê em acordo sobre novos municípios

O LÍDER DO PT no Senado, Humberto Costa (PE), confia em um entendimento rápido sobre as regras para criação de municípios. Ele acredita que o Congresso chegará a um consenso antes de 18 de março, quando será votado o veto integral da presidente Dilma Rousseff ao PLS 98/2002 — Complementar.

Embora parlamentares de partidos aliados do governo continuem a defender a derubada do veto, Humberto acredita que as resistências diminuirão à medida que ficar claro que “a proposta em que estamos trabalhando é para valer”.

— Acredito que será possível encontrar um denominador comum para a aprovação dessa proposta — enfatizou o líder do PT.

De autoria de Mozarildo

Cavalcanti (PTB-RR), o projeto vetado exige que, antes de plebiscito sobre a criação de municípios, haja estudos de viabilidade econômico-financeira, político-administrativa e socioambiental e urbana — tanto dos municípios que seriam criados quanto daqueles afetados pela mudança pretendida.

### 20% dos eleitores

Entre outros pré-requisitos, a proposta estabelece que o processo de criação ou desmembramento só pode ter início mediante requerimento enviado à Assembleia Legislativa, com a assinatura de no mínimo 20% dos “eleitores residentes na área geográfica diretamente afetada”.

Para Humberto, vários critérios sugeridos por Mozarildo contemplam a intenção do

governo de evitar municípios economicamente inviáveis. Ele sustenta, porém, que as regras podem ser “um pouco mais rígidas”, sobretudo no que se refere à definição dos limites mínimos de habitantes que os municípios deverão atender.

Humberto concorda com Mozarildo sobre a necessidade de fixar números menores para as Regiões Centro-Oeste e Norte, onde “alguns municípios têm uma extensão territorial maior do que alguns estados”. Ele argumenta que as grandes distâncias, conjugadas com o baixo adensamento populacional, tornam difícil fazer chegar as políticas públicas a esses locais. Ressalta, porém, que é preciso elevar os limites a serem exigidos, algo que ele classifica como a grande questão a ser enfrentada no debate do tema.

## Comissões examinam índice de dívidas

As comissões devem concluir, após o Carnaval, a análise de emendas apresentadas em Plenário pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ao projeto de lei da Câmara que reduz os encargos das dívidas de estados e municípios (PLC 99/2013). Por falta de consenso, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), não colocou em votação o relatório no dia 19. Vital espera que se construa um entendimento até a próxima reunião, no dia 26, para submeter aos integrantes da CCJ o relatório de Luiz Henrique (PMDB-SC).

Mesmo com acordo, as emendas ainda terão de ser examinadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) depois do Carnaval. Só após o parecer das duas comissões é que o projeto estará em condições de retornar ao Plenário.

A resistência à votação vem do governo, depois que o



José Cruz/Agência Senado

Randolfe apresentou em Plenário emendas ao projeto que troca IGP-DI por IPCA

ministro da Fazenda, Guido Mantega, ponderou que a conjuntura econômica mundial não favorece o projeto. O ministro teme impacto nas contas do governo.

O projeto foi apresentado pelo próprio Executivo e começou a tramitar na Câmara no início de 2013, sendo aprovado em 23 de outubro. O texto original previa a troca do indexador dessas dívidas, o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI),

pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros anuais de 4%. Também fixava como limite para a cobrança de encargos a taxa Selic — valeria o menor valor.

Na Câmara, o projeto foi alterado para prever descontos nos estoques das dívidas, equivalentes à diferença entre o saldo devedor em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado com a aplicação da variação acumulada da Selic desde a assinatura dos contratos.

## Casildo cobra reforma tributária simplificadora

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a volta às aulas faz a população sofrer com os impostos incidentes nos preços do material escolar.

Segundo o senador, dados do Instituto de Planejamento Tributário mostram que 47% do preço da caneta é de impostos. Agenda, apontador e borracha têm carga tributária de 43%, enquanto no caderno os tributos chegam a 35%.

Casildo Maldaner disse que os materiais escolares são apenas mais um exemplo do quanto é alta a carga tributária no Brasil. Para mudar isso, ele só vê uma saída: uma reforma tributária que simplifique a arrecadação e reduza os impostos sobre a produção e o consumo.

Casildo afirma que é possível uma reforma que beneficie o cidadão e não diminua a arrecadação do governo.

— Se implantada de forma gradual, uma reforma tributária possibilitará um novo círculo virtuoso — explicou.

## Lúcia Vânia quer financiamentos ágeis para o Centro-Oeste

Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu que a aplicação do dinheiro do Fundo de Desenvolvimento do

Centro-Oeste (FCO) seja flexibilizada para contemplar o financiamento, a fundo perdido, de projetos de infraestrutura e serviços públicos necessários para o desenvolvimento da região.

Proposta nesse sentido foi apresentada por ela e aguarda parecer do relator na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Pelo texto do PLS 32/2014 — Complementar, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) analisaria os projetos que, se aprovados, receberiam o dinheiro.

Segundo a senadora, a administração pública não tem o dinheiro em caixa para obras e ações pontuais e, com a aprovação dessa proposta, os governos teriam condições de tirar, com mais agilidade, essas iniciativas do papel.



Pedro Franco/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado

# Senadores criticam corte no Orçamento anunciado pelo governo

Superávit primário é o objetivo do contingenciamento de R\$ 44 bilhões anunciado ontem, dois meses depois da aprovação no Congresso

O CORTE DE R\$ 44 bilhões no Orçamento de 2014, anunciado ontem pelo governo federal, foi tema de análises no Senado. Foram contingenciados R\$ 13,3 bilhões nas emendas coletivas, ficando preservadas as emendas individuais (R\$ 6,42 bilhões) e respeitando-se o orçamento impositivo, que prevê que metade das emendas individuais terá de ser destinada à saúde pública.

De acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o corte é necessário para que o governo consiga atingir um superávit primário de 1,9% do PIB deste ano. O ministro também informou que o governo reviu o crescimento econômico de 3,8% para 2,5% e uma inflação de 5,3% medida

pelo IPCA, ficando o dólar em torno de R\$ 2,44.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), não há novidades.

— Esse corte é um videoteipe que se repete todos os anos. Demonstra que o governo não tem capacidade de planejar, não tem visão de futuro, não prevê acontecimentos, elabora mal o Orçamento, negocia mal com o Congresso.

Ele reclamou que os cortes atinjam setores essenciais, como a segurança pública, mas reconheceu que os parlamentares têm parcela de responsabilidade na má construção da peça orçamentária.

— Parlamentares aproveitaram para inflar o Orçamento, gerando falsa expectativa em determinados setores

da administração pública.

O senador aposta que o contingenciamento será ainda maior durante o ano e o crescimento da economia será ainda menor que o previsto.

— O governo vai contingenciar mais recursos, por um lado, por incapacidade do governo em aplicá-los, de outro lado, para alcançar o superávit primário ao final do exercício. A redução do crescimento econômico é significativa, o próprio Banco Central já prevê 1,7% de crescimento do PIB, o que é dramático para o país — acrescentou Alvaro.

Para Ana Amélia (PP-RS), o corte significa menos investimentos em setores importantes para a população, como saúde, transporte, educação

e infraestrutura. A senadora acrescentou que a destinação de R\$ 1 bilhão aos municípios não cobre as perdas que os prefeitos tiveram nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) por causa de desonerações.

Ana Amélia defendeu a aprovação de proposta dela (PEC 39/2013) que muda a Constituição para aumentar o montante destinado ao FPM. Ela pediu que o Senado vote logo o projeto que define um novo índice de correção das dívidas dos estados e municípios (PLC 99/2013). Tudo isso amenizaria a distribuição desigual do dinheiro arrecadado entre os entes federativos. Atualmente, a União fica com 60%, os estados, com 25%, e os municípios, só com 15%, disse.

— Se o governo não se empenhar para que a base aliada aprove nesta Casa propostas legislativas que melhorem a desequilibrada relação entre União, estados e municípios, corremos infelizmente o risco de ter um 2014 problemático.

A senadora aproveitou para convidar todos os brasileiros para viajarem até Caxias do Sul (RS) para conhecerem a história dos imigrantes italianos na Festa Nacional da Uva, que acontece até 9 de março.

## Durval recomenda campanha para economizar energia

João Durval (PDT-BA) sugeriu ontem em Plenário que o governo inicie uma campanha nacional para



Pedro França/Agência Senado

estimular a população e as empresas a economizarem ao menos 5% da energia elétrica que consomem.

— Assim, o governo afastaria qualquer hipótese de racionamento de energia e evitaria o acionamento das energias termelétricas — aconselhou Durval.

O senador disse acreditar que o governo teme o prejuízo à imagem que uma campanha com esse teor possa gerar. João Durval lembrou que o aumento do consumo de energia elétrica pode ser atribuído à redução do valor da conta de luz para os consumidores e ao aumento populacional. E esse cenário, associado à falta de chuvas, ocasiona a possibilidade de racionamento de energia.

— De nada adianta esconder os problemas estruturais e conjunturais da população, ainda que estejamos em ano eleitoral — afirmou o parlamentar.

## Eunício defende fortalecimento do Dnocs contra a seca

Eunício Oliveira (PMDB-CE) defendeu o fortalecimento do Departamento Nacional de Obras



Pedro França/Agência Senado

contra as Secas (Dnocs). O senador lembrou que o Dnocs, que completa 105 anos, é um dos órgãos que mais contribuiu para desenvolver o Nordeste.

Para ele, o fato de a região estar enfrentando a pior seca dos últimos 50 anos reafirma a importância do órgão.

Eunício defendeu a reestruturação do Dnocs com aumento de orçamento, melhoria do salário dos servidores e a realização de concurso público.

— A mais antiga instituição federal no Nordeste precisa ser revigorada, valorizada, para que possa apoiar os sertanejos a conviver com as agruras do semiárido.

A atuação do Dnocs, disse, se confunde com a história da região na luta contra os efeitos da seca. Para o senador, não é possível negar à entidade o direito à modernização, que trará reflexos positivos para a qualidade de vida da população.



Os ministros Guido Mantega e Miriam Belchior garantem que os cortes vão preservar os investimentos prioritários

## Recém-saída da Casa Civil, Gleisi aponta esforço fiscal

Gleisi Hoffmann (PT-PR), que retornou neste mês ao Senado depois de dois anos e meio à frente da Casa Civil, argumentou que o corte mostra que o governo está fazendo esforço fiscal para manter as contas equilibradas.

— O governo não quer comprometer programas e projetos mais importantes, investimentos nem programas sociais. Isso mostra o resgate de credibilidade que o Brasil tem — afirmou a ex-ministra.

A senadora destacou que as emendas individuais não sofreram cortes e que todos têm que participar do ajuste,

inclusive o Parlamento. Ela disse ainda que os presidentes da Câmara e do Senado participaram com a presidente



Pedro França/Agência Senado

Para Gleisi, corte orçamentário não vai comprometer programas sociais

Dilma Rousseff de um pacto de responsabilidade fiscal para o equilíbrio nas contas públicas, “o que pode afetar uma parcela de emendas que não são as individuais”.

Jorge Viana (PT-AC), mesmo integrando a base governista no Senado, não poupou críticas ao corte. Para ele, Executivo e Legislativo são responsáveis por um Orçamento que precisa ser cortado apenas dois meses depois de aprovado.

— O Orçamento já chega ao Congresso fora da realidade. O Brasil tem que aprender a fazer um orçamento que sinalize austeridade e que aquilo que

está previsto vai ser executado. Um corte dessa magnitude é ruim, cria desconfiança da população — afirmou.

Para o senador, muitas estimativas de receita feitas pelo governo não se realizam, bem como a previsão de gastos. E os parlamentares aumentam a previsão de despesas sem identificar receita para isso.

— O Legislativo tem esse péssimo defeito, de fazer o Orçamento virar uma espécie de Frankenstein com as emendas e com as alterações. Aí perde a autoridade de cobrar do Executivo um Orçamento mais realista — pontuou Viana.

## Ministros dizem que medida aumenta a confiança

Os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, explicaram detalhes do corte no Orçamento: dos R\$ 44 bilhões, R\$ 13,5 bilhões são despesas obrigatórias e R\$ 30,5 bilhões são despesas discricionárias. Em 2013, o governo fez dois contingenciamentos, em um total de R\$ 38 bilhões. Em 2012, foram R\$ 55 bilhões.

A decisão da equipe técnica do governo foi feita com base em condições macroeconômicas que preveem inflação de 5,3%, dólar de R\$ 2,44 e crescimento econômico de 2,5%. Segundo Mantega, o ajuste foi orientado para a redução no custeio e a preservação dos investimentos prioritários. Por isso, afirmou, foram preservados os recursos destinados à

saúde, à educação, ao Brasil sem Miséria e às áreas de ciência, tecnologia e inovação.

Garantir recursos para a dívida pública, como se pretende com o corte, tem duas funções: criar poupança para honrar o que foi contratado com os compradores de títulos e demonstrar que as finanças estão sob controle, aumentando a confiança na política econômica.



José Cruz/Agência Senado



Ao lado de Waldemir Moka, Acir Gurgacz, relator da matéria, fala durante reunião da Comissão de Reforma Agrária

## Agricultura irrigada pode ter energia mais barata

Projeto que segue para votação final amplia descontos na tarifa para o consumo a qualquer hora do dia, em vez de apenas no período entre 21h30 e 6h, como acontece pelas regras atuais

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 383/2011, que garante descontos especiais nas tarifas de energia elétrica para agricultura irrigada e aquicultura. As atividades beneficiadas serão definidas pelos Ministérios da Agricultura e da Pesca. A proposta segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Atualmente, há desconto apenas para um período diário contínuo de oito horas e meia. Pela regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a concessionária ou permissionária de distribuição pode estabelecer

escala de horário para início, mediante acordo com o consumidor, desde que seja no horário das 21h30 às 6h.

— O incentivo tem sido insuficiente para viabilizar economicamente essas atividades — afirma Walter Pinheiro (PT-BA), autor do projeto.

### Qualquer hora

O senador argumenta que, com as regras atuais, a agricultura e a aquicultura ficam limitadas a um período que desrespeita o ciclo normal de sono-vigília dos trabalhadores. Por isso, a proposta garante o desconto especial para o consumo a qualquer hora do dia.

No entanto, o relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), deter-

mina no substitutivo que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Pesca e Aquicultura definam as atividades de irrigação e aquicultura que serão beneficiadas pelo desconto, independentemente do horário em que ocorrer o consumo de energia.

Um dos argumentos de Gurgacz é que a Aneel tem um conceito restrito de atividade aquícola. O senador também alega que, segundo a legislação, a ampliação das horas semanais de desconto tarifário não poderá comprometer nem a segurança do atendimento ao mercado de energia elétrica, nem a garantia física das usinas hidrelétricas.

## Comissão vai discutir apagões e contencioso do algodão

A Comissão de Agricultura aprovou dois requerimentos para audiências. Uma para debater o impacto dos apagões de energia na atividade agropecuária e outra para discutir uma nova lei dos Estados Unidos que pode prejudicar a cultura de algodão brasileira.

Do primeiro debate, requerido por Ana Amélia (PP-RS), devem participar representantes do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e de outros órgãos.

O requerimento da segunda audiência surgiu quando Blairo Maggi (PR-MT) disse que a nova lei agrícola dos

EUA garantirá ao produtor de algodão daquele país uma renda, mesmo quando não houver produção. Isso poderá estimular a produção marginal, “inundando” o mercado com o produto dos EUA.

Waldemir Moka (PMDB-MS) lembrou que os EUA não pagaram ao Brasil, no ano passado, a multa estipulada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) por causa da lei protecionista da cultura de algodão hoje em vigor. Ana Amélia propôs, então, que a CRA participe de reunião conjunta com a CAE e a CRE, para ouvir o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo.

## Projeto define área de reserva legal em região de lavrado

O Código Florestal poderá ser modificado para prever percentual de reserva legal a ser adotado em propriedades rurais localizadas na região de savana em Roraima, conhecida como lavrado.

Proposta com esse objetivo, de Romero Jucá (PMDB-RR), foi aprovada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e segue para decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Reserva legal é uma parcela de vegetação nativa que deve ser mantida dentro das propriedades rurais para ajudar a manter a biodiversi-

dade e abrigar fauna silvestre e flora nativa, entre outras funções.

O projeto estabelece para o lavrado o percentual de 35% de reserva quando predominar o Cerrado, e de 20% quando predominarem campos gerais.

“A identidade ecológica especial do lavrado, caracterizada por um mosaico de fitofisionomias, precisa, sem dúvida, ser protegida, mas na ótica do desenvolvimento sustentável. E esse é o objetivo do projeto”, diz Jucá na justificativa da matéria, que recebeu parecer favorável de Acir Gurgacz (PDT-RO).

Moreira Manz/Agência Senado



### Ana Rita apoia críticas do MST ao agronegócio

Ana Rita (PT-ES) comemorou anteontem os 30 anos do Movimento Nacional dos Sem Terra (MST), registrando que as reivindicações seguem atuais diante da elevação da concentração de terras e de renda.

A senadora lembrou que, no 6º Congresso Nacional do MST, semana passada, os sem-terra reafirmaram o compromisso de superar o modelo agropecuário baseado no latifúndio.

— O MST dá um salto qualitativo ao tratar a centralidade da produção dentro de novas bases de produção, com incentivo ao modelo de transição agroecológica.

### Suplicy comemora criação de órgão de citricultores

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou a decisão do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (Cade), que, na quarta-feira, autorizou a formação do Conselho de Produtores e Exportadores de Suco de Laranja.

O senador lembrou que, há dez anos, associações de pequenos e médios produtores de laranja de São Paulo reivindicavam a criação de um fórum para minimizar o alto poder de compra das empresas processadoras de suco.

Segundo Suplicy, com o conselho, os citricultores poderão melhorar as condições de venda da laranja.

Pedro Franco/Agência Senado



### Ivo Cassol condena boatos sobre enchentes

Ivo Cassol (PP-RO) chamou a atenção para a importância da ajuda do governo para as famílias ribeirinhas que já foram ou podem ser afetadas pela enchente do Rio Madeira, que está atingindo Rondônia. O senador explicou que as famílias que moram em locais de risco devem se mudar a fim de evitar uma tragédia maior.

O parlamentar negou que a responsabilidade das enchentes seja das Usinas de Santo Antônio e Jirau. Para ele, as enchentes estão ocorrendo devido às chuvas. Cassol criticou os boatos, que só servem para gerar conflitos na população.

### Gurgacz agradece ajuda a ribeirinhos em Rondônia

No início da reunião de ontem da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Acir Gurgacz (PDT-RO) relatou as dificuldades enfrentadas pela população de Rondônia por causa das enchentes.

Conforme relatou, o abastecimento de Porto Velho já está afetado, sendo também grave a situação do município de Guajará-Mirim, que está isolado. Ele informou que Exército e Aeronáutica dão apoio aos ribeirinhos, buscando assegurar o fornecimento de água potável e alimentos.

— Pedimos o aumento de equipamentos para abastecer a população. O governo federal liberou ontem, através do Ministério da Integração, a pedido da presidente Dilma, R\$ 4 milhões para o governo do estado e fica aqui nosso agradecimento.



### Viana pede socorro federal a vítimas de cheia no Acre

Jorge Viana (PT-AC) pediu ontem providências do governo federal para socorro às vítimas das enchentes no Acre. O senador lembrou que o Rio Madeira subiu a níveis históricos, deixando a capital, Rio Branco, em situação de emergência e isolando vários municípios pela interrupção da ligação rodoviária com Rondônia.

— O Brasil segue agindo depois que os fatos acontecem e as Nações Unidas deixam bem claro: para cada real que a gente deixa de investir na prevenção de desastres naturais, gasta-se sete reais quando se vai para a fase de socorro — disse.

### Raupp quer liberação da rodovia BR-421

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ontem a liberação do trecho da rodovia BR-421 para facilitar o acesso aos municípios atingidos pela enchente do Rio Madeira em Rondônia e no Acre. Segundo o senador, a estrada está interditada pela Justiça, a pedido do Ministério Público.

— Há um trecho de apenas 17 quilômetros que corta uma reserva extrativista e passa muito perto de uma reserva indígena — afirmou.

A rodovia começa na divisa de Mato Grosso com Rondônia, em Machadinho, e passa pelas cidades de Ariquemes, Montenegro, Campo Novo, Buritis, Nova Mamoré e Guajará-Mirim, sendo que as duas últimas estão isoladas, de acordo com Raupp.

Em Rondônia, cerca de 1.100 famílias estão desabrigadas.

Discussão sobre direito de greve no serviço público deve ser feita depois que se definirem normas para se chegar a um acordo coletivo, segundo sindicalistas que participaram de debate em comissão

## Centrais querem regras em negociação de servidores

ANTES DA GREVE, regras para a negociação coletiva. Essa foi a principal reivindicação apresentada pelas centrais sindicais, ontem, em audiência pública sobre o projeto que regulamentará o direito de greve no serviço público. Apesar de prevista na Constituição, essa garantia nunca foi regulamentada. Com a audiência, a comissão mista de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais deu continuidade à busca de um texto de consenso. A proposta aprovada na comissão mista seguirá para votação na Câmara e no Senado.

Pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Maria das Graças Costa avaliou que falta ao projeto a garantia de nego-

ciação. Ela lembrou que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dá aos trabalhadores da iniciativa privada o direito de se organizar, negociar e fazer acordos coletivos e greves.

— No serviço público, não há esses direitos. Muitas greves do serviço público são feitas simplesmente para abrir o canal de negociação.

O relator do projeto, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o pedido será considerado.

Entre os pontos mais polêmicos do projeto, estão a definição dos serviços considerados essenciais, o mínimo de servidores que devem trabalhar na paralisação, a antecedência do aviso para deflagração da greve e a substituição de grevistas após decisão judicial, além dos

descontos dos dias parados.

Rubens Romão, representante da Força Sindical, afirmou que o projeto cerceia o direito de greve ao estabelecer as carreiras essenciais, que são obrigadas a manter a maioria dos servidores em atividade.

— Se a metade dos professores está trabalhando, como se vai conseguir mensurar o movimento grevista? — indagou.

Romão acrescentou que o texto proposto por Jucá não deixa claro se o julgamento da greve caberá a um juiz singular ou a um tribunal trabalhista.

Lineu Mazano, da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), lembrou que dentro do serviço público há celetistas, efetivos e vários regimes de contratação.



Relator do projeto, Romero Jucá (2º à esq.) fala a sindicalistas ao lado do deputado Cândido Vaccarezza na comissão mista

## Porte de arma para policial gera impasse

Alguns sindicalistas cobraram a definição de como será o porte de arma para grevistas da segurança pública. O texto prevê o porte de armas no trajeto entre o local de manifestação e a casa do policial, mas nunca durante as manifestações.

Representando a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Flávio Werneck Meneguelli, do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal, afirmou ser impossível suspender o porte de quem trabalha armado.

— Se isso for aprovado, quem vai agradecer é o crime organizado.

Jucá explicou que o tema foi adicionado ao texto pelo temor de assembleias com policiais armados acabarem em conflitos de grandes proporções.

— Sabemos que não se pode suspender o porte porque isso exporia o policial a um risco imenso, e a ideia do projeto não é essa — enfatizou Jucá.

O relator ressaltou que prosseguirá o debate com o

governo federal e as centrais:

— Muitas das reivindicações ouvidas hoje são plausíveis e podem ser atendidas.

Jucá destacou que a greve do setor público, que afeta o cidadão, é muito diferente de uma greve no setor privado, que afeta lucros e consumidores.

— Muitas vezes a greve é a forma de iniciar a negociação no serviço público, o que não deveria acontecer. Se a gente puder evitar a greve, quem ganha é a sociedade.

## Kátia Abreu cobra fiscalização dos institutos de Previdência

Todos os processos fraudados na Previdência Social, descobertos ano passado na Operação Miqueias da Polícia Federal, devem ser acompanhados pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), segundo proposta protocolada ontem por Kátia Abreu (PMDB-TO). Duas organizações criminosas foram presas por lavagem de dinheiro e má gestão de recursos de entidades previdenciárias públicas.



Do prejuízo de mais de R\$ 1 bilhão no país, só no Tocantins foram desviados R\$ 500 milhões, segundo a senadora. Ela ressaltou que lá os criminosos não foram presos por terem foro privilegiado.

Kátia Abreu informou que está preparando, junto com o Ministério da Previdência Social, um projeto para dar maior segurança aos institutos previdenciários.

— Eu sugiro a todos os servidores que peçam auditoria nos tribunais de contas.

## Vanessa Grazziotin presta solidariedade a Inácio Arruda

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) prestou solidariedade ao companheiro de partido Inácio Arruda (PCdoB-CE), que está sendo acusado de propaganda eleitoral antecipada.

Vanessa leu uma nota em que o PCdoB do Ceará manifesta sua confiança na Justiça Eleitoral e diz acreditar que toda a situação será esclarecida.

— Inácio tem uma trajetória de 25 anos de dedicação parlamentar, lutando em defesa



do povo brasileiro — disse.

A senadora também falou sobre o Programa Bolsa Família. Segundo ela, representantes de vários países têm vindo ao Brasil para

conhecer o programa, com o objetivo de implantar um programa similar em seus países de origem.

Vanessa ainda comemorou decisão do STF que considerou legais os incentivos fiscais dados pelo estado do Amazonas na Zona Franca de Manaus.

## Wellington pede aprovação de projeto para primeira infância

Wellington Dias (PT-PI) defendeu ontem a aprovação de projeto de sua autoria que insere, no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos que tratam dos cuidados, ações e programas voltados à primeira infância, que vai da gestação até os 6 anos de idade.

A proposta, além de prever dotação orçamentária para ações nas áreas de saúde e educação, proíbe a propagação de alimentos impróprios



às crianças dessa faixa etária.

Para o senador, o estatuto tem muitas regras protetivas relacionadas ao adolescente, mas poucas direcionadas às crianças, especialmente à primeira infância.

Wellington afirmou que é preciso planejar o que a sociedade quer para o Brasil nessa área e dispensar cuidados especiais às crianças que precisam de um maior amparo do Estado.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



O número mínimo de assinaturas para a CPI foi cumprido, diz Requião

## Requião critica PT por ação contra CPI do Transporte Público

Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a Mesa do Senado está retardando a instalação da CPI proposta por ele para investigar o transporte coletivo. O senador afirmou que o desafio agora é superar questão de ordem contra a Mesa apresentada pelo líder do PT, Humberto Costa (PE).

De acordo com Requião, o líder do PT alega que o transporte público é de responsabilidade de municípios e estados e, por isso, não pode ser investigado pelo Senado. Requião pediu que a Mesa rejeite a solicitação da liderança do PT e, mais uma vez, ameaçou ir ao Supremo Tribunal Federal para garantir a instalação da CPI, já que o requisito de assinaturas foi cumprido, com apoio de 28 senadores.

— Por que o PT não quer que o Senado investigue o sistema de transporte urbano no Brasil? Quero cobrar aqui, publicamente, do presidente do meu partido, Renan Calheiros, uma decisão rápida.

Requião lembrou que o STF já decidiu que CPIs são um direito da minoria para fiscalizar o poder público.

# Senadores questionam criação de CPI dos black blocs

Comissão parlamentar de inquérito está sendo articulada na Câmara. Senadores receberam com ceticismo a proposta e afirmaram que a investigação do Ministério Público e da polícia é suficiente

A AÇÃO VIOLENTA dos black blocs em manifestações de rua deve ser investigada pelas autoridades policiais e não pelo Congresso Nacional. A avaliação é de José Agripino (DEM-RN), ao comentar iniciativa do PMDB e do Solidariedade na Câmara de articular a criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) sobre o tema.

O senador, no entanto, acredita que o Congresso poderia apurar o financiamento dos manifestantes, em razão de suspeitas que apontam o suposto envolvimento de partidos políticos com os ativistas e o possível aliciamento de jovens para participar do grupo.

— Não sei até onde o Congresso poderia investigar. O que deve ser investigado é a ponta do véu que foi levantada sobre o financiamento dos ativistas, que a [manifestante] Sininho levantou. Isso, sim, é matéria para ser investigada — afirmou.

Alvaro Dias (PSDB-PR), por sua vez, disse que a investigação é possível, mas apontou uma “desmoralização” das comissões de inquérito, visto que “o governo se protegeu e sempre se blindou, especialmente diante de escândalos de corrupção”.

— Nesse caso, o governo deveria ser investigado. Os vândalos que estiveram nas manifestações foram instrumentalizados, há denúncias de que foram financiados por políticos e partidos. Não esqueçamos que, aqui em Brasília, quando da abertura da Copa das Confederações, assessores do Palácio do Planalto foram flagrados tumultuando uma manifestação pacífica diante



Deputados querem investigar ação de mascarados intitulados black blocs

do Estádio Mané Garrincha, com a queima de pneus e atos de violência — afirmou.

Para Humberto Costa (PT-PE), a criação de uma CPI para averiguar a atuação dos manifestantes “não é uma boa medida e poderá criar dificuldades e embaraços a uma investigação mais adequada”.

— Cabe perfeitamente que a polícia e o Ministério Público investiguem, como estão fazendo, e [também] os órgãos de inteligência dos estados e do governo — afirmou.

Na avaliação de Aloysio

Nunes Ferreira (PSDB-SP), a abertura de uma CPI para investigar os black blocs é ineficaz.

— Devemos pôr as instituições do Estado que já existem para investigar os criminosos — afirmou o senador.

A investigação da atuação dos black blocs pelos parlamentares foi ironizada por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O senador disse que, simultaneamente, também deveria ser criada uma comissão de inquérito para investigar o suposto envolvimento de políticos com empreiteiras.



Senador teme que fiscalização falha resulte em legado de dívidas

## Jayme Campos lista falhas nas obras da Copa em Cuiabá

Jayme Campos (DEM-MT) classificou como temerário o andamento das obras da Copa do Mundo em Cuiabá. O senador enumerou falhas na execução dos projetos e lembrou o incêndio ocorrido na Arena Pantanal.

Ele teme que, sem a atuação firme dos órgãos de fiscalização, o dinheiro das obras vá para o ralo e a falta de transparência e planejamento nos trabalhos resulte em um legado de dívidas para o povo de Mato Grosso.

O parlamentar disse que, se acontecer alguma tragédia no estado relacionada às obras da Copa do Mundo, não terá sido por falta de aviso.

Jayme lembrou já ter se manifestado no Senado duas ou três vezes com o objetivo de alertar as autoridades competentes para a necessidade de rigor e severidade no acompanhamento das obras.

— Não podemos admitir de que esses recursos sejam aplicados de forma errônea e, sobretudo, causando prejuízo a toda a nossa população — disse o senador.

## Alô Senado

Secom | Criação e Marketing

É fácil participar

O Alô Senado tem a finalidade de oferecer um canal de comunicação gratuito entre a população e os senadores.

O atendimento telefônico é realizado de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h, pelo 0800 612211.

O atendimento eletrônico está disponível pelo site [www.senado.leg.br/alosenado](http://www.senado.leg.br/alosenado). Por meio desse canal de comunicação, o cidadão pode expressar opiniões e críticas sobre o trabalho parlamentar, bem como oferecer sugestões e esclarecer dúvidas.

Senado + transparente.  
A informação ao seu encontro.

Permissão para conduzir veículos em outros países poderá ser concedida por instituições autorizadas pelo poder público federal, em vez de ser exclusividade de órgãos executivos estaduais, como hoje

## Projeto facilita emissão de habilitação internacional

O DEPARTAMENTO NACIONAL de Trânsito (Denatran) poderá delegar a associações habilitadas pelo poder público federal a competência para expedir carteira de motorista internacional. A autorização está no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 95/2012, aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). O projeto segue agora para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Hoje, só órgãos executivos dos estados e do Distrito Federal são autorizados pelo Denatran a emitir as permissões internacionais. Jorge Viana (PT-AC), que relatou a proposta na reunião de ontem, explicou que “não se está tirando autonomia dos estados, mas acrescentando a possibilidade

de instituições autorizadas terem a mesma atribuição”.

A CRE aprovou também dois projetos de resolução que criam novos grupos parlamentares. O primeiro foi o PRS 39/2012, de Gim (PTB-DF), que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Malásia. O segundo foi o PRS 38/2013, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que institui o Grupo Parlamentar de Apoio Brasil-Organização das Nações Unidas.

Foi ainda aprovado o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 318/2013, que aprova o acordo de isenção parcial de vistos com a República de Seicheles. O relator foi Francisco Dornelles (PP-RJ) e o texto segue para análise do Plenário.

Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a reunião, deu vista

coletiva a três projetos: o PLS 500/2011, que autoriza o Poder Executivo a lançar satélite para a região amazônica; o PLS 4/2007, que isenta diversos produtos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e o PLS 332/2011, que dá pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão Suez, integrado por soldados brasileiros enviados em força de paz ao Oriente Médio a partir de 1956.

Três outros projetos receberam pareceres pela rejeição: o PLS 304/2012, que disciplina a prerrogativa de foro dos oficiais gerais; o PLS 728/2011, que define medidas de segurança na Copa; e o PLS 204/2010, que trata da promoção de sargentos do Exército à graduação de subtenente.



Os caças Gripen, da Suécia, foram escolhidos pelo governo brasileiro

## Saito falará a parlamentares sobre compra de caças da Aeronáutica

O comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Juniti Saito, comparecerá na quinta-feira à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em audiência conjunta com a Câmara, para falar sobre a decisão do governo de adquirir 36 caças suecos Gripen para reequipar a Força Aérea Brasileira. O anúncio foi feito ontem por Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a reunião da CRE.

A comissão aprovou também requerimento de infor-

mações ao ministro-chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República, general José Elito Carvalho Siqueira, a respeito de denúncias de monitoramento de partidos e organizações populares pela Agência Brasileira de Informações (Abin), com a finalidade de coletar informações sobre recentes manifestações de rua. E também foi aprovado voto de congratulações a Michelle Bachelet, eleita como nova presidente do Chile.

## Valdir Raupp se diz otimista com aumento de exportações para o Irã

Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou a expectativa de que o Brasil possa aumentar expressivamente as exportações para



Para o senador, a convicção do governo iraniano de limitar o programa nuclear a fins pacíficos reduz os obstáculos à integração mundial.

Ele ressaltou que o Irã tem 77 milhões de habitantes, apresenta grande potencial econômico e está ansioso por produtos de qualidade.

— Considerando a pujança do agronegócio nacional, podemos duplicar, triplicar ou quadruplicar as exportações para aquele país. Isso é perfeitamente factível — afirmou.



Ana Amélia preside reunião da Comissão de Relações Exteriores que também aprovou a criação de dois grupos parlamentares

## Comissão une-se a Mercosul em defesa da democracia na Venezuela

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem voto de solidariedade ao Mercosul, ao Parlamento do Mercosul (Parlasul) e à União de Nações Sul-Americanas (Unasul) pelos pronunciamentos “em defesa da ordem democrática na República Bolivariana da Venezuela”. O requerimento foi apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP).

Em nota no dia 16, os países que integram o Mercosul repudiaram “todo tipo de violência e intolerância que busque atentar contra a democracia e suas instituições, qualquer que seja sua origem”. Além disso, rejeitam as “ações criminosas de grupos violentos que querem espalhar a intolerância e o ódio como uma ferramenta política”.

Por sua vez, os países que compõem a Unasul rejeitaram a “tentativa de desestabilizar a ordem democrática constituída legitimamente pelo voto

popular” na Venezuela.

Ao apresentar o requerimento, Suplicy observou que os documentos estão no tom adequado e são necessários para coibir e desestimular a violência política em curso, destinada a reverter as legítimas manifestações das urnas e desestabilizar a ordem democrática venezuelana.

“O Senado do Brasil tem também de pronunciar-se nesta hora difícil para a ordem democrática regional. A manutenção da ordem

democrática na irmã Venezuela é do interesse do Brasil, que se beneficia muito dos processos de integração regional e da estabilidade democrática em nossos vizinhos. Assim, precisamos condenar, com a veemência necessária, quaisquer tentativas de substituir a legitimidade das urnas pela violência antidemocrática”, sustenta o senador no requerimento de voto de solidariedade.

Ao apoiar o requerimento, Roberto Requião (PMDB-

PR) — que também assinou o documento, juntamente com Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) — disse que está ocorrendo um conflito dentro da própria oposição. O senador observou que o governador do estado venezuelano de Miranda, Henrique Capriles, tem se posicionado contra as manifestações em curso no país, “contando com a possibilidade de seu grupo se eleger nas próximas eleições”. Por sua vez, comparou, o líder das atuais manifestações, Leopoldo López, teria optado por uma linha de oposição mais radical, que Requião classificou de “Fora, Maduro”.

Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a reunião do colegiado, manifestou preocupação, como jornalista, com as ameaças à liberdade de imprensa na Venezuela.

— A democracia não é completa sem assegurar liberdade de expressão — disse.



Os recentes protestos na Venezuela têm resultado em conflitos violentos



## Alvaro protesta contra posição do Brasil sobre a crise no país vizinho

As declarações do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, sobre os tumultos na Venezuela não condizem com “a retórica equilibrada” que sempre pautou o Itamaraty, segundo Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador disse que já morreram pelo menos 5 pessoas e mais de 20 ficaram feridas.

— É algo inusitado assistir a um chanceler vocalizar em timbre ideológico. O ministro Figueiredo qualificou os manifestantes que estão conduzindo os protestos de radicais de extrema direita e grupos fascistas — disse.